

# O governo poderá rever a demarcação no Xingu

**Das sucursais e do serviço local**

A demarcação do Parque Nacional do Xingu deverá ser revista, com a inclusão da área reivindicada pelo grupo txucarramãe, através do desvio do traçado da rodovia BR-080, que liga Brasília a Cachimbo, conforme asseguraram fontes do governo, ao indicarem que na próxima quarta-feira será realizado um encontro com os chefes indígenas da área, na aldeia de Diauarum.

O atendimento dos proprietários da região, que deverão receber do Inbra — Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — extensão de terras equivalente àquelas que provarem seus títulos de posse, depende ainda de levantamento da cadeia dominial na área.

A solução, entendida por funcionários do governo como uma alternativa a garantir o alívio de tensões na região, será submetida, na próxima semana, aos fazendeiros, incluindo-se na ocasião um rol de opções de terras que poderão substituir aquelas localizadas na zona de conflito.

A urgente demarcação das terras indígenas para evitar os constantes desentendimentos entre índios e não índios "que tem causado a morte de indígenas, posseiros e

peões inocentes" foi pedida, ontem, em Brasília, pelo secretário-geral da CNBB, d. Luciano Mendes de Almeida. "É indispensável, acentuou o bispo, que o governo cumpra os acordos e promessas feitas aos índios, algumas já bem antigas, como ocorre no caso dos tucarramae, no Parque do Xingu."

D. Luciano defendeu, ainda, a necessidade de reconhecimento da existência de nações indígenas no País, com características próprias, e de seu direito de sobrevivência. "Isto implica demarcação de suas terras e na criação de parques e reservas que assegurem a vida própria dos indígenas", afirmou.

D. Luciano disse, também, que embora só lentamente a sociedade tenha despertado para o reconhecimento da dignidade do índio e de seu direito à vida, "hoje não podemos mais deixar de respeitar estas nações, criando condições eficazes para a existência dos parques, sem os quais o índio será definitiva e injustamente destruído".

Ainda em Brasília, o peão Délio Ribeiro Soares, único sobrevivente do ataque feito pelos índios txucarramãe, na sexta-feira passada, foi operado, ontem, no braço esquerdo fraturado a golpes de borduna. O trabalhador não foi ouvido, mas os médicos responsáveis pelo seu atendimento afirmam que passa

bem e, nos próximos dias, será submetido a exames radiológicos para avaliar os resultados da operação.

Por sua vez, o senador Marcos Freire, do PMDB de Pernambuco, responsabilizou, ontem, o governo pela morte dos onze peões, atacados pelos índios quando trabalhavam no desmatamento de florestas.

Segundo o senador nordestino, acontecimentos como esse "envergonham toda a sociedade brasileira, representando a chacina do Xingu uma das mais duras provas da inexistência de uma política indigenista séria e responsável".

Também o fazendeiro Casemiro Alvarez Marchi, da Fazenda Jarina, localizada à margem esquerda do rio Xingu, afirma que a responsabilidade dos acontecimentos naquela região é do governo. Em São Paulo, ele disse que "os índios não passam de instrumentos da Funai, que não se preocupa em orientá-los a conviver com o homem, nem os ensina a produzir e trabalhar em seu próprio benefício. Isto não quer dizer que sejam vagabundos, mas simplesmente, que têm sua própria cultura".

No Rio, o ministro Mário Andreazza, do Interior, considerou um "fato inaceitável" o ocorrido no Xingu e prometeu que todos os fatos serão apurados.

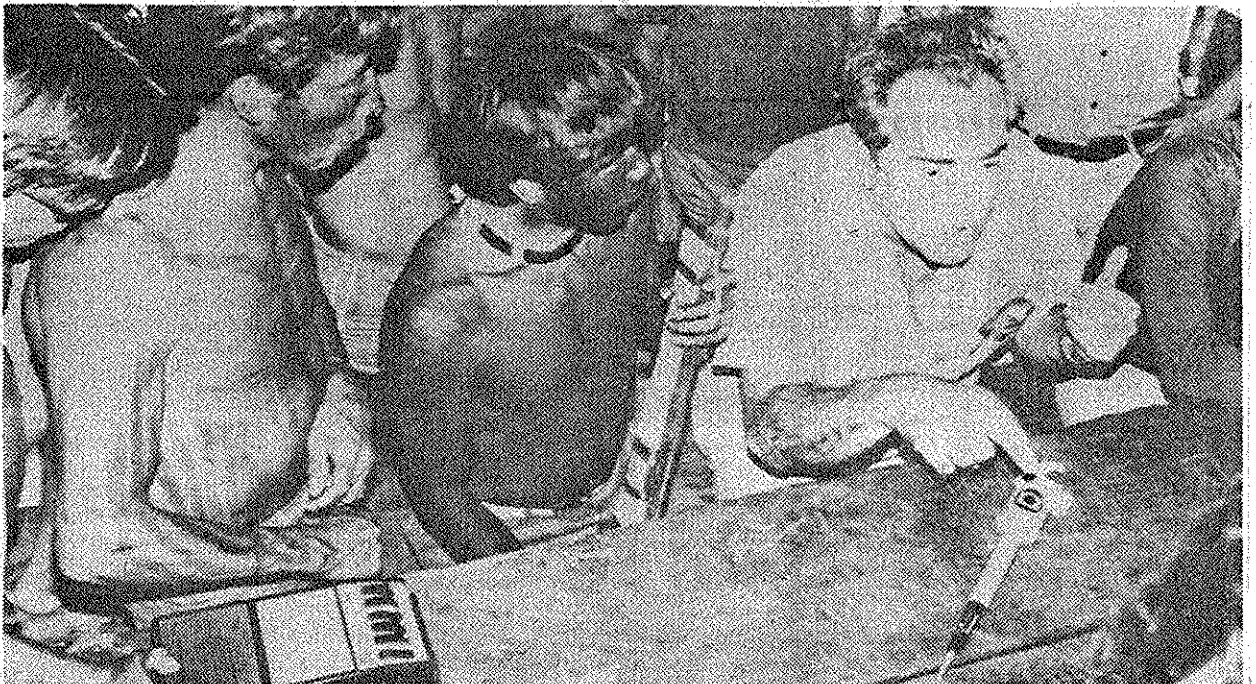


Foto Sérgio Borges - Telefoto Estado

O presidente da Funai reúne-se com os índios após o encontro com fazendeiros do Xingu

## Txucarramães: iminente novo ataque

**Dos enviados especiais**

Continua tensa a situação no Parque Nacional do Xingu, no Mato Grosso, com os índios ameaçando voltar a atacar as fazendas da área em conflito e os fazendeiros prometendo formar uma polícia própria para garantirem sua segurança e se vingarem do massacre dos onze peões da fazenda São Luís, ocorrido na sexta-feira passada. A reunião promovida ontem pela Funai entre seu presidente, coronel Nobre da Veiga, e os fazendeiros de nada adiantou, uma vez que os proprietários da área recusaram a proposta de desvio da BR-80, que corta o parque, e a criação de uma "reserva tampão" às margens da estrada, que seria administrada pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal.

A reunião, convocada com o único objetivo de acalmar os ânimos; uma vez que a própria Funai não acreditava muito em sua eficiência, conforme declarou o coronel Ivan Zanoni Hausen, assessor especial da presidência do órgão, acabou por se constituir em motivo de maior tensão. Os índios txucarramães, da aldeia Cretine, principais participantes do massacre, ficaram muito revoltados com a recusa do coronel Nobre da Veiga em visitá-los antes de falar com os fazendeiros. Por causa disso, os fotógrafos de O Estado de S. Paulo, Jornal do Brasil e Manchete, quase foram abatidos a golpes de borduna depois de se verem cercados por quinze minutos ao pousarem na aldeia para tentar fazer algumas fotos.

O encontro do presidente da Funai com os fazendeiros ocorreu em São José do Xingu, ou São José do Bang-Bang, como é mais conhecida a localidade que serve de entreposto comercial da área em conflito. Depois de quatro horas de conversações, quando a Funai apresentou a proposta de desvio da estrada e de criação do parque, os donos de terra optaram por recusar qualquer acordo, alegando principalmente que a proposta levaria os

índios a pretenderem novas áreas, "já que a pressão da matança da semana passada deu bons resultados", como alegou o fazendeiro Luís Carlos Silva Lima, proprietário da fazenda São Luís, onde ocorreu o massacre.

Estes fazendeiros entendem que o desvio da estrada desvalorizaria suas terras, pois foi exatamente a estrada que abriu a possibilidade de todos eles se estabelecerem na região. Além disso, alegam que a proposta do governo não oferece a segurança necessária para a permanência no local, por isso apresentaram uma contraproposta baseada fundamentalmente em três pontos considerados "inaceitáveis" pelo presidente da Funai.

Eles querem a demarcação da área atual da reserva, com o compromisso de custearem a construção da cerca e dos marcos necessários. Pretendem a instalação de um batalhão do Exército na região, que se encarregaria de manter os índios dentro da reserva, também às expensas dos proprietários da área. Como lembrou o fazendeiro Luís Carlos, "da mesma maneira que os Estados Unidos fizeram com os seus índios". O último ponto da proposta dos fazendeiros se refere à emancipação dos índios, "para que eles possam trabalhar como nós trabalhamos e ganhar seu próprio sustento, porque, afinal, eles têm mais terras do que qualquer um de nós".

Depois de frisar um tanto irritado, que "os militares brasileiros jamais serão usados para matar nossos índios", o presidente da Funai disse que as propostas dos fazendeiros estão afastadas do ponto de vista que o governo tem a respeito da questão, e encerrou a reunião prometendo estudar uma nova proposta para contornar a situação. De São José do Bang-Bang, o coronel Nobre da Veiga voou em companhia dos jornalistas presentes para a aldeia de Diauarum, onde aguardaria algumas lideranças txucarramãe, Crain-a-cores, suia e cajabi, as tribos que participaram do massacre e que habitam o norte do Parque do Xingu.

Para buscar os líderes indígenas o presidente da Funai determinou que um avião do órgão fosse a aldeia Cretine, trazendo também o administrador do Parque do Xingu, sertanista Francisco de Assis da Silva. Um pouco antes do avião pousar na aldeia, um outro aparelho levando os fotógrafos Sérgio Borges, de O Estado, Guilherme Romão, do Jornal do Brasil, e Carlos Humberto T. D. C. da Manchete, chegou ao local. Assim que os índios viram os fotógrafos, iniciaram um cerco ao campo de pouso, acabando por manter os três prisioneiros em um pequeno círculo por quinze minutos, ameaçando-os de morte com golpes de borduna, como foi feito com os onze peões em represália ao não comparecimento do coronel Nobre da Veiga.

Os três ficaram sozinhos, porque o administrador Francisco, que os acompanhava, foi acometido de uma estratêgia dor de barriga, acabando por ser salvo depois de muita conversa do piloto da Funai, por sua vez também um índio. Após aguardarem alguns minutos em Diauarum, ouvindo reclamações e ameaças dos índios que residem nesta aldeia, o coronel escutou do seu administrador, que chegou sozinho, um recado dos txucarramaes, informando que não sairiam da aldeia, e que se ele quisesse conversar que fosse lá.

Assim que chegou, Francisco de Assis disse que a situação estava ficando muito grave: "Coronel, o negócio lá não está bom, e estou com medo de perder o controle da situação e a minha autoridade". Nobre da Veiga chegou a pensar em reconsiderar a sua decisão e ir à Cretine, mas o seu assessor, coronel Zanoni, disse não ser possível fazer a operação, porque além da hora avançada, "os índios precisam aprender esta lição". Assim, os dirigentes da Funai retornaram à Capital federal.

Hoje, a Polícia Federal deve terminar a exumação dos corpos dos onze peões mortos que está sendo acompanhada por quatro sobreviventes do conflito.